



**Excmo Sr. Fernando Haddad**

Ministro

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios

Gabinete BL P - Brasília, DF, 70048-900

**Ofício ISDP 112/2023**

São Paulo, 18 de abril de 2023

Excelentíssimo Ministro Fernando Haddad,

As organizações abaixo subscritas gostariam de expressar preocupação quanto às alíquotas de impostos incidentes sobre a comercialização de armas de fogo e munições no Brasil, que tiveram reduções/exclusões importantes no último mandato presidencial conforme tabela abaixo. Considerando a atual situação econômica do país, com apresentação de novo arcabouço fiscal e propostas de reforma tributária para atenuar o déficit fiscal e garantir recursos para investimentos públicos, solicitamos uma reavaliação do atual quadro, com vistas ao aumento das alíquotas em vigor.

NCM	Descrição	Alíquota em 2018	Alíquota em 2022
<b>Imposto sobre produtos industrializados</b>			
93.01	Armas de guerra	0	0
93.02	revólveres e pistolas	45%	29,25%
93.06.2	cartuchos e munições	20%	13%
<b>Imposto sobre importações</b>			
	Armas de fogo e munições	20%	16%
<b>Imposto sobre exportações</b>			
capítulo 93	Armas de fogo, munições, partes e acessórios	150%	0%

Sabemos que o Brasil enfrenta desafios significativos no campo da segurança pública, com altos índices de violência e criminalidade. As armas de fogo têm um papel crucial nesse cenário,

contribuindo para o aumento do número de homicídios, suicídios, lesões e outros tipos de violência. Segundo dados do Ministério da Saúde, 7 em cada 10 mortes violentas no país se deram por disparos de armas de fogo. Além disso, os custos secundários associados ao uso de armas de fogo são muito elevados, afetando diretamente a sociedade e o Estado. Como exemplo disso, o estudo *“Custos da Violência armada: Estimação e análise dos gastos com vítimas de arma de fogo atendidas na rede hospitalar do SUS”*<sup>1</sup>, feito pelo Instituto Sou da Paz, aponta que, em média, R\$ 54,2 milhões foram gastos por ano, na última década, só com gastos federais contabilizados para tratamentos e internações decorrentes de ferimentos por armas de fogo.

Diante disso, consideramos que a elevação das alíquotas de impostos sobre armas de fogo e munições é uma medida justa e necessária. Essa ação pode trazer inúmeros benefícios para a sociedade, como o aumento da receita fiscal, a diminuição da violência em geral e a redução do acesso às armas ilegais, já que a maior parte das armas usadas no crime vem de fontes legais e em sua maioria de produção doméstica.<sup>2</sup> Além disso, a iniciativa pode ajudar a cobrir os custos adicionais que o Estado precisa arcar para tratar as vítimas de violência e promover a segurança pública.

No que se refere à receita fiscal, ressaltamos que o aumento das alíquotas de impostos pode ser uma importante fonte de recursos para o governo, considerando que o mercado de armas de fogo e munições movimenta centenas de milhões de reais por ano. Esse dinheiro arrecadado pode ser investido em áreas importantes, como saúde, educação e infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento do país e para o bem-estar da população.

As organizações abaixo subscritas requerem, portanto, que o Ministério da Fazenda reavalie as alíquotas em vigor e tome as medidas necessárias para aumentá-las.

Certos de que essa medida pode ser uma importante contribuição para o desenvolvimento do Brasil, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,



**Carolina Ricardo**

Diretora Executiva do Instituto Sou da Paz

Instituto Sou da Paz

Anistia Internacional

Cesec

Conectas Direitos Humanos

FBSP

Fogo Cruzado

GAJOP

IDDD

Ideas Assessoria Popular

Instituto Igarapé

Instituto Terra, Trabalho e

Cidadania (ITTC)

Justiça Global

Rede Justiça Criminal

Rede Observatório de

Segurança

---

<sup>1</sup> *“Custos da Violência armada: Estimação e análise dos gastos com vítimas de arma de fogo atendidas na rede hospitalar do SUS”*. Disponível em: <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/mobilizar/sistema-de-justica-criminal-e-seguranca-publica/participacao-no-debate-publico/controle-de-armas/?show=documentos#5700-1>

<sup>2</sup> A título de exemplo, a pesquisa *“De onde vêm as armas do crime no Sudeste: análise do perfil das armas de fogo apreendidas em 2014”* (2016) elaborada pelo Instituto Sou da Paz mostra que entre as mais de 49 mil armas apreendidas com o crime em 2016 pelas polícias estaduais do Estado do Sudeste tem 61% de armas nacionais, e 40% da fabricante gaúcha Taurus Armas.